

**Trabalho CEP – Centro de Estudos Psicanalíticos**

CICLO V

Quarta-feira – matutino

*A Ética do Desejo*  
*Na Psicanálise com Crianças*

Discente:

Carolina Sieja Bertin

São Paulo

*Maio/2013*

## *A Ética do Desejo na Psicanálise com Crianças*

Trabalhar na área da educação infantil nos traz informações interessantes acerca da situação da criança no sistema de saúde: há, atualmente, uma enorme leva de “diagnósticos de déficit”<sup>1</sup>, sejam eles de atenção (com ou sem hiperatividade), de processamento auditivos, de linguagem, de interações sociais (como a síndrome de Asperger, ou o autismo), etc. O que é mais interessante é perceber como tal diagnóstico se faz imprescindível, não apenas para o sistema educacional, ou para os pais da criança, mas sim para a própria: muitas vezes, o rótulo não lhes permite avançar, o que ocasiona em frases como “eu tenho maior dificuldade para aprender” ou “eu sou burro mesmo, minha mãe falou que eu vou demorar mais que os outros para aprender”. Portanto, devidamente etiquetados com exames e pareceres médicos, que chegam a nós – profissionais da criança, de maneira geral – antes mesmo de seus nomes, a criança acaba por não ter outra opção para seguir, além daquela que lhes é dada.

O objetivo do presente trabalho não é uma discussão a veracidade ou da necessidade de tais diagnósticos e pareceres, mas sim de colocar em cheque exatamente essa questão de ter ou não outra opção a ser seguida. No trabalho com a psicanálise, o analista tem o dever de ajudar a criança a perceber que há alternativas, e que ela não precisa ficar no lugar que a faz sofrer. Entretanto, se a clínica psicanalítica se compromete com a busca pela verdade individual, como estabelecer uma ligação com a escuta da criança, se ela vem permeada por tantos outros discursos – o dos pais, o do médico, o da escola, etc.? Para isso, examinaremos como a ética da psicanálise aborda a criança na clínica, sem desconsiderar sua história familiar e a queixa dos pais, mas transformando tudo isso em uma demanda de análise da própria criança.

A ideia para a pesquisa surgiu depois de uma série de discussões nos seminários clínicos acerca da ética, bem como na aula acerca da primeira entrevista em psicanálise (com base nos textos de Mannoni<sup>2</sup>). Para iniciarmos nosso estudo sobre o tema, é necessário levantar algumas questões gerais acerca da ética na psicanálise, para então podermos analisar de que maneira ela se dá na clínica com a criança.

---

<sup>1</sup> Diagnósticos estes que nem sempre provém de resultados fisiológicos, mas sim comportamentais – fato que ocorre grandemente com o DDAH, pelo que pude observar nestes anos de ensino.

<sup>2</sup> *A Primeira Entrevista em Psicanálise*, de Mannoni (2004)

### ***A ética na psicanálise:***

Antes de passarmos para o *setting* psicanalítico, cabe assinalar primeiramente que Cotrim (2002) classifica a ética (cujos sinônimos são “costume”, “comportamento”) como “o conjunto de sistemas morais elaborados pelo homem, compreendendo as funções normais e as interdições de cada sistema” (p. 263). Tendo em vista que a psicanálise não se mantém pela mesma moralidade que a sociedade, o que define a ética na clínica é o fato de que, nesse caso, considera-se o inconsciente e toda a sua verdade. A verdade do sujeito é a de que há um mal-estar inerente à condição humana.

Sobre a ética na psicanálise (1977), Lacan diz que a ética “consiste essencialmente num juízo sobre nossa ação”; e mais, “se há uma ética da psicanálise é na medida em que, de alguma forma, por menor que seja, a análise fornece algo que se coloca como medida de nossa ação – ou simplesmente pretende isso”. (pp. 373 – 374). Ou seja, se a ética na psicanálise pressupõe uma escuta por parte do sujeito de sua própria demanda, ela será encontrada em seu desejo, que aparece em análise, mediada pelo analista. A ética da psicanálise consiste na ética do desejo do ser falante. Nas palavras de Lacan: “para a psicanálise, não há outro bem senão o que pode servir para pagar o preço do acesso ao desejo” (p. 35). O compromisso com a ética na psicanálise é possibilitar que o desejo do paciente se liberte.

A esse respeito, Kehl (2002) diz que a psicanálise não é apenas uma proposta ética, mas um saber de dimensões humanistas que pode contribuir para a construção de uma ética mais adequada às condições das sociedades contemporâneas, já que o sujeito moderno permanece em suas dimensões inseparáveis de conflito e liberdade, de solidão e sociabilidade. É isso que orienta o percurso do analista.

Em 1929, Freud alega que:

“o comportamento dos seres humanos apresenta diferenças que a Ética, desprezando o fato de que as diferenças são determinadas, classifica-as como ‘boas ou ‘más’. Enquanto essas inegáveis diferenças não forem removidas, a obediência as elevadas acarreta prejuízos aos objetivos da civilização por incentivar o ser mau.” (p. 108)

A psicanálise, no entanto, implica renúncia à sugestão, em favor de uma intervenção ativa, com o objetivo de fazer o paciente encontrar o que é próprio de seu desejo. É conduzir o paciente ao saber inconsciente.

### *E o desejo da criança?*

A ideia da criança como sujeito de desejo é relativamente uma novidade trazida por Freud, tendo em vista que o próprio conceito de infância sofreu muitas transformações, tanto históricas quanto sociais. Mesmo agora, com o advento da psicanálise, há uma concepção fortemente influenciada por Rousseau de que o homem nasce bom. Tal questão permanece atrelada a uma visão da criança sem sexualidade; uma criança “pura” e “ingênua”, que não manifesta curiosidade sexual.

A melhor maneira de percebermos que esse pensamento ainda se prolonga é através dos relatos clínicos dos pais, que constantemente chegam ao consultório procurando pela fórmula mágica que fará com que seus filhos passem a se comportar como o esperado, ou seja, como “crianças boazinhas”. Acerca disso, também é interessante assinalarmos que a criança em si raramente manifesta o desejo de ser levada a um analista. Normalmente, a demanda é dos pais, da escola ou das instituições.

É por isso que, na entrevista preliminar, a queixa referente ao sintoma da criança é apresentada pelo solicitante do atendimento, aparecendo, aliás, como algo que não só incomoda a criança, mas também a essas pessoas que convivem com ela. Na verdade, a criança raramente manifesta o desejo de ser levada a um analista, tendo em vista que quem procura o atendimento são os pais, a escola ou as instituições; a demanda é sempre deles.

Essa questão se torna extremamente importante no atendimento com crianças, já que a ética no tratamento começa a se delinear a partir daí: é preciso transformar uma queixa (do outro) em uma demanda de análise (da criança). Isso objetiva uma implicação do sujeito, bem como uma maneira de se estabelecer uma ligação entre ele e aquilo que ele está dizendo; é através do questionamento: “o que disso que você está dizendo é seu?”, que se dará a sua busca pelo desejo e um necessário engajamento com a ética psicanalítica.

Apesar de a psicanálise ser a mesma tanto para a criança, quanto para o adulto, Freud (1909) distingue ambos pela ausência de supereu e pelo fato da transferência e da associação livre sofrerem interferências, “porquanto os pais reais ainda estão em

evidência. As resistências internas com os quais lutamos, no caso dos adultos, são na sua maior parte substituídas nas crianças, pelas dificuldades externas” (p. 67), ou seja: dificuldades de aprendizagem de um conhecimento educacional – queixa extremamente recorrente nos consultórios, como assinalado acima. É por isso que Mannoni (2004) aponta uma necessidade de diferenciação entre o rendimento escolar da criança e sua capacidade intelectual.

Mesmo procurando encontrar a voz da criança dentro do tratamento, é importante levar em consideração que, estando ela inserida em um contexto (seja ele de ordem familiar, social, educacional, etc.), ele deve ser levado em consideração. Isso porque o sintoma da criança, para Lacan (1969), um “representante da verdade”, responde ao que há de sintomático na estrutura familiar. É um sintoma do sujeito que pode representar o que ocorre com o casal ou ser produto da subjetividade da mãe como “correlata de uma fantasia que a criança é implicada” (p. 369).

Os problemas ocorrem quando a criança é tomada como elemento pertencente ao fantasma do Outro (lembramos que as queixas sempre partem de um comunicador externo à criança). Quando um dos genitores ou dois se encontram com dificuldades no cumprimento de sua função como pais ou na relação enquanto casal e há um sentimento de falta, a criança pode ser tomada como elemento de preenchimento do vazio deste Outro; é aí que ela perde a sua subjetividade e sua configuração como sujeito desejante.

A sua condição de objeto de Outro começa desde o instante de seu nascimento: através do grito do bebê, dá-lo o apelo ao outro para ser socorrido da carência. Além do mais, com esse grito escutado pelo Outro, inscreve-sena linguagem. A mãe, que lê o bebê, entra com a dimensão simbólica, à medida que decide pelo significado, que não está isento de suas próprias vontades. Portanto, inicialmente, a criança, longe de ser o sujeito, é objeto.

O trabalho da análise será o de, portanto, mostrar para a criança que ela não precisa ocupar um lugar de prótese, que não lhe pertence. Faz parte da ética psicanalítica trazer à tona um desejo próprio, permitindo que o sujeito se esquive daquilo que não lhe pertence.

Isso nos leva a outro importante ponto da análise com crianças: o segredo. Quando há algo sobre o sujeito que não é verbalizado, o que permanece é um vazio em sua constituição, já que a criança sempre sabe que há algo de errado, deixando-a em um profundo estado de catexia libidinal. Aqui, não estamos nos referindo apenas à questão da adoção, mas da origem do indivíduo como um todo, até mesmo no que concerne a

história da sua família que esbarra na sua própria. Por isso, mesmo que haja um grande esforço para que a criança desvie do que não lhe pertence, há também a tentativa de percepção de que, estando enquadrada em um determinado círculo familiar e social, há algo externo que fará parte de sua constituição.

Com o intuito de ilustrar melhor essa questão, relatarei o que ocorreu com Leah, uma das alunas da escola onde eu trabalhava<sup>3</sup>. O caso da menina – autorizado a ser relatado pelos pais em trabalhos acadêmicos – já foi relatado em um trabalho de conclusão de ciclo anterior, mas sobre outro prisma. Levando em consideração a questão do segredo e dos vazios da constituição, gostaria de reavaliá-lo.

Leah costumava apresentar constantes transtornos de memória e aprendizagem, bem como amnésias e ausências, que preocupavam tanto os educadores quanto sua mãe, que já havia alertado a escola, em uma reunião de pais, para o fato de a menina ser “avoada”, alegando que, quando a menina despertava de suas ausências, parecia emergir de outra realidade. Em suma: a professora estava suspeitando de que poderia se tratar de um caso de espectro autista, e pediu que avaliássemos a questão de uma maneira mais detalhada.

Apesar do diagnóstico prematuro de autismo, Leah não apresentava nenhuma dificuldade nas interações com as outras crianças, bem como sua fala e linguagem eram extremamente compreensíveis. Entretanto, as amnésias e as ausências de fato eram constantes: em um dado momento, a professora chamou Leah por diversas vezes, mas a menina permaneceu por minutos olhando pela janela. Quando resolveu descer e se sentar, ouvi o seguinte diálogo entre as crianças:

Menino: “Por que você nunca escuta quando a professora te chama?”

Leah: “Escuto, sim!”

Menino: “Mentira! Você estava em cima da cadeira, e nem pode ficar em cima da cadeira”

*Leah permaneceu em silêncio*

Menino: “Você viu o carro da professora?” [a janela tinha vista para a garagem dos funcionários]

Leah: “Não sei”

---

<sup>3</sup> Eu trabalhava em uma escola bilíngue para crianças dando, junto a uma psicopedagoga. Ambas éramos assistentes de coordenação, mas desde o começo do ano, avisamos aos pais e professores que ambas estamos dispostas a quaisquer tipos de diálogos que envolvam o comportamento das crianças, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Quando saí da sala, a primeira atitude que tive foi ligar para os pais para que pudéssemos conversar; acreditei que esse tipo de comportamento poderia ser recorrente em casa e que talvez houvessem maiores informações sobre isso.

Na sexta feira daquela mesma semana, Leah chegou à reunião com a sua mãe, que prontamente começou por relatar detalhes de sua vida pessoal: disse-me que estava enfrentando uma série de problemas, pois, além do que estava acontecendo com a menina, também ela não estava conseguindo visitar sua família, que morava em Israel há dezoito meses na época. O pai, por sua vez, apesar de não ter comparecido à reunião, também teve sua história contada pela mulher: era um imigrante de Israel, que chegou ao Brasil poucos anos antes de se casarem.

Com relação aos vazios de atenção da menina, disse-me que não era sempre que isso acontecia em casa, e que, se não fosse a escola chamar sua atenção para o fato, sequer teria percebido. Achava que a menina era desatenciosa, já que a maioria das vezes em que isso ocorreu em sua presença, era quando Leah tinha que fazer as lições de casa.

Leah acompanhava a nossa conversa, mas não intervinha. Reparei que ela estava séria e que não parecia assustada, já que permaneceu folheando alguns livros com fotos de animais que eu havia deixado na mesa. Por isso, achei que seria proveitoso se eu conversasse com a menina sozinha. Pedi que a menina se sentasse em uma das mesas, pois eu tinha alguns desenhos para pintar – coisa que ela adorava fazer. Conversamos sobre diversos assuntos, desde a escola, até a sua relação com seus pais; a menina respondia prontamente a todas as perguntas feitas.

Todos os desenhos dados à Leah tinham a temática de animais da fazenda (que são muito recorrentes no ensino de línguas), já que era isso que estava sendo visto em grande parte das aulas. Em um deles, porém, havia uns animais e, atrás deles, uma cerca (de acordo com o anexo). Foi aí que Leah me fez a seguinte declaração:

Leah: “Ah não, esse não!”

Eu: “Por quê?”

Leah: “Porque esse tem uma cerca. Eles jogam as crianças na cerca.”

Eu: “Eles quem?”

Leah: “Os soldados...”

Eu: “Onde você viu isso?”

Nesse momento, Leah parou de me responder, apesar das minhas insistências. Mesmo mudando de assunto, a menina voltou a entrar em seu mundo por cerca alguns poucos minutos. Quando “acordou”, porém, olhou para mim e, como se nada houvesse acontecido, perguntou-me se eu havia gostado de seus desenhos. Sem saber como agir diante de tal comentário, respondi que estavam lindos.

Assim que pude ficar alguns minutos sozinha com a mãe, que estava esperando por nós, contei a conversa que havia se passado entre mim e Leah. Surpreendida, disse-me que conversaria com seu marido, e que, depois disso, gostaria de me ver novamente na segunda-feira. Aceitei, com a esperança de que ela realmente viesse.

Na parte da tarde, a mãe de Leah voltou a me procurar na sala. Pediu-me desculpas, mas que precisava da aprovação do marido (que, novamente, não pôde vir) para contar a história que provavelmente teria relação com o que a menina havia dito: o pai, imigrante de Israel, veio para o Brasil com cerca de 15 anos. Porém, o que quase ninguém sabia, era que, durante quase toda a sua infância, o pai sofreu terríveis ataques em decorrência dos conflitos entre judeus e árabes na Faixa de Gaza (já que morava nas proximidades). O pior deles foi ter vivido durante alguns meses em uma espécie de “gueto” para judeus prisioneiros; ao redor das casas, havia uma cerca elétrica, que era a causa da morte de muitas crianças que se descuidavam.

Porém, o que mais atordoava a mãe era que nunca sequer haviam tocado nesse assunto com Leah. A menina também nunca parecia ter demonstrado interesse, e nunca havia perguntado nada. Apesar da minha extrema vontade de continuar com o caso, entendi que a minha posição no momento era a de assistente de coordenação. Dei-lhe, então, os contatos de uma amiga psicanalista, dizendo-lhe que seria interessante que a menina tivesse um acompanhamento mais específico. A mãe concordou, mas pediu que eu também participasse do processo; concordei prontamente.

Para entender o que ocorre com Leah, é necessária uma explicação da diferenciação entre saber e conhecimento. O primeiro se relaciona a tudo o que permanece no inconsciente, sem que o indivíduo tenha acesso a isso. Lacan (1973) coloca o sujeito (s) em posição de portador do saber não sabido de seu inconsciente (S1, S2...Sn); quando tal saber inconsciente é representado por seu sintoma enquanto significante (S), ele pode ser dirigido ao analista como forma de outro significante qualquer (Sq). O processo se daria de tal maneira:



S → Sq

s (S1, S2...Sn)

O conhecimento, por sua vez, consiste naquilo que é adquirido na escola, como parte de um processo de aprendizagem. Apesar de se colocarem em diferentes formas no psiquismo, ambos se esbarram quando algo do conhecimento toca no saber inconsciente. Dessa forma, o sujeito cria uma barreira para o conhecimento, de maneira que ele não mais traga o que foi anteriormente reprimido.

O mesmo aconteceu com Leah: havia algo da escola, do aprendizado que esbarrava no seu saber, tanto que, quando se deparou com alicerces capazes de auxiliar na manifestação do seu inconsciente, tais como os desenhos e os lápis de cor, pode, finalmente, expressar-se verbalmente. Aliás, este saber não é só seu, mas que vem acompanhado das experiências de seu pai, que por muito tempo permaneceram como algo oculto, que não lhe pertencia totalmente. O compromisso psicanalítico com a ética ocorre exatamente nesse ponto: faz-se necessário que todos os segredos sejam quebrados (até porque a criança sempre sabe que há algo de errado, fato que a deixa em um profundo estado de catexia libidinal), a fim de posicioná-la frente a isso que lhe invade e dar-lhe a chance de decidir se ocupará aquela determinado lugar na relação com a infância do pai.

As reuniões comigo voltaram a acontecer, agora com a menina e seu pai, que me contou das suas sessões com a psicanalista e de como achou melhor contar tudo para a sua filha. Sem ressalvas, com a menina na mesma sala, contou-me que tinha uma relação muito difícil com a sua infância: sentia que, em um certo momento, chocava-se com um muro impossível de atravessar.

A amnésia de Leah se dava quando o motivo do esquecimento perdeu as características de realidade. Instaura-se um vazio de uma existente, e o terror de estar enclausurado se torna tão absurdo que não há maneiras de nomeação. Sendo assim, permanece como um vazio, algo que pertence somente à esfera do Outro e que não há como ser parte da construção da subjetivação de Leah. Sem ter o que dizer, nem para si, nem para sua filha, Leah acabou se tornando um eco do não-dito de seu pai, fazendo com que as ausências da menina fossem uma forma de representação das imagens inconscientes que recebia ao longo de sua vida.

Através de um sintoma que lhe impedia de viver, Leah interrogava seu pai. Sua necessidade de saber, de conhecer, expressada através de seu sintoma não-linguístico (e, portanto, sem significante), permitiu que seu pai retomasse um interesse por sua própria história e, conseqüentemente, conseguisse trabalhar seus próprios traumas. Ou seja, através da transmissão inconsciente transgeracional, Leah despertava seu pai, salvando-o do abandono e da solidão de seu silêncio.

Dolto propõe a hipótese de que a criança adoce do inconsciente dos pais: “uma criança herdeira de nossas dívidas de adultos, uma criança sintomática do que permaneceu atado às gerações que a precederam” (*apud* Cifali, 1989, p.65). Ela se coloca à escuta desse sintoma. Não é apenas com a criança isolada que ela trabalha, pois a interrogação inicial é com a dinâmica familiar. Por vezes, nada pode ser feito enquanto a criança é tomada como objeto por um ou outro dos pais, “é quando os pais se tornarem atentos à ‘necessidade de realização autônoma de seu filho’ que este terá uma oportunidade de abrir-se ‘ao risco da análise’” (Manonni, 1986, p.135). Aqui, novamente, habita a ética da psicanálise: mostrar à criança o que é dela.

### **Conclusão:**

A ética na psicanálise traça um caminho diferente do que vemos em outras áreas, afinal, não há nenhuma intenção de “civilizar” o sujeito, ou enquadrá-lo, mas sim de escutá-lo e de fazer com que ele se escute, que suas demandas e desejos sem compreendidos. No caso da psicanálise com a criança, a situação é mais delicada, tendo em vista que ela ocupa um lugar de falo no imaginário dos pais, tornando-se uma espécie de “depositório” para o desejo do Outro.

Cabe ao analista guiar seu pequeno paciente por um caminho que é só seu, reconhecendo o que do Outro lhe pertence, ao mesmo tempo em que lhe proporciona o direito de decidir se quer ou não ocupar o lugar imaginário em que foi colocada. É aqui que consiste a ética da psicanálise: fazer com que a criança perceba que ela não é uma simples prótese do Outro, mas sim um sujeito desejante.

**Bibliografia:**

CIFALI, M. *Seguindo os passos de Françoise*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

DOLTO, F., & NASIO, J-D. *A criança do espelho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KEHL, M. R. *Sobre Ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, J. (1969). “Nota sobre a criança”. In: \_\_\_\_\_ *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_ (1959). *Seminário VII: A Ética em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_ (1973). *Seminário XI: Os Quatro Conceitos Fundamentais sobre a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREUD, S. (1909). “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”. In: \_\_\_\_\_ *Obras Completas Vol. X*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

\_\_\_\_\_ (1929). *O mal estar na cultura*. In: \_\_\_\_\_ *Obras Completas Vol.* Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MANNONI, M. *A criança, sua “doença” e os outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980

\_\_\_\_\_. *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.